

Aos acionistas

A Administração da Transporte Energia S/A - TNE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia: A Transporte Energia S/A - "TNE" tem como objetivo social a construção, implantação, operação e manutenção da Linha de Transmissão de Energia Elétrica LT 500 kV - Lechuga - Equador - Boa Vista. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012-2

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012			
	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante		10.896	16.734
Caixa e equivalentes de caixa	5	175	6.047
Investimento de curto prazo	5	10.238	10.100
Impostos a recuperar	6	380	534
Outros ativos		103	53
Não circulante		82.337	39.128
Ativo financeiro da concessão	7	82.206	38.958
Ativo imobilizado		131	170
Ativo total		93.233	55.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012						
	Nota	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Total
31 de dezembro de 2011		5.001	(2.550)	-	-	2.451
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 10/05/2012		9.000	-	-	-	9.000
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 14/06/2012		20.000	(18.750)	-	-	1.250
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 13/09/2012		37.500	-	-	-	37.500
Integração de reserva legal		-	2.550	-	-	2.550
Constituição da reserva de lucros a realizar		-	-	57	-	(57)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.076	(1.076)
31 de dezembro de 2012		71.501	(18.750)	57	1.076	53.884
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 26/11/2013		10.204	-	-	-	10.204
Integração de reserva legal		-	18.750	-	-	18.750
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.070	4.070
Constituição da reserva legal		-	-	301	-	(301)
Constituição da reserva de lucros a realizar		-	-	-	5.731	(5.731)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.962	1.962
31 de dezembro de 2013		10	81.705	358	6.807	88.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2013

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transporte Energia S.A. ("Companhia" ou "TNE") foi constituída em 25 de novembro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Setor Hoteleiro Sul nº 06, Conj. A, Bl. A, Sala 104, Bairro Asa Sul, na cidade de Brasília- DF, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. **Concessão de linha de transmissão:** Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012-2 - ANEEL sob o processo nº 48500.000981/2011-41, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada nos estados do Amazonas e Roraima, Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada no estado do Amazonas e Roraima, Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada no estado do Amazonas e Roraima, Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada no estado do Amazonas e Roraima e subestação Boa Vista em 500/230 kV, localizada no estado de Roraima, e respectivas conexões de unidades transformadora; entradas de linha, interligações de barras, barramentos, compensador estático de reativos na subestação Boa Vista, reatores de barra e de linha, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio. A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP) a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões a cada 5 anos durante o período de concessão. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão implicará na reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial da Linha de Transmissão em 25 de janeiro de 2015, conforme o cronograma do contrato de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de janeiro de 2014. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos subsequentemente pelo custo amortizado monetário em moeda estrangeira e a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de tráfego, perda de energia, extensão da linha de transmissão, seguros e meio ambiente, não foram cobertos pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor atribuído a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento inicial: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro. b) Mensuração subsequente: A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios: (i) Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para venda e subsequentemente pelo custo amortizado monetário em moeda estrangeira e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. (ii) Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período. (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado monetário em moeda estrangeira. (iv) Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. (v) Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.3. Investimento de curto prazo:** Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de "reserva de disponíveis para venda", no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efeitos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos e valores mobiliários e os investimentos de curto prazo são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e também pelo fato da Administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o

ANEEL sob o processo nº 48500.000981/2011-41, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada nos estados do Amazonas e Roraima, Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada no estado do Amazonas e Roraima, Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada no estado do Amazonas e Roraima, Linha de Transmissão Engenheiro Lechuga - Equador, circuito duplo, em 500 kV, localizada no estado do Amazonas e Roraima e subestação Boa Vista em 500/230 kV, localizada no estado de Roraima, e respectivas conexões de unidades transformadora; entradas de linha, interligações de barras, barramentos, compensador estático de reativos na subestação Boa Vista, reatores de barra e de linha, instalações vinculadas e demais

Relatório da Administração

instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento: A principal finalidade deste empreendimento é a redução da geração térmica no estado de Roraima, a possibilidade de escoamento de 700 MW provenientes de usinas hidrelétricas inventariadas no estado de Roraima para o restante do SIN e da comercialização de energia elétrica com a Venezuela. Além disso, o projeto permitirá a conexão do estado de Roraima ao SIN, atendendo à política setorial de integração de todas as capitais brasileiras ao sistema brasileiro, sendo Boa Vista a última a integrá-lo. Por fim, o projeto é de suma importância no processo de desenvolvimento nacional, atendendo às determinações de prioridades para a Região Norte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2). A prestação do serviço de transmissão se dará

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012			
	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	12	43.248	38.958
Custos operacionais			
Custo de infraestrutura		(34.033)	(37.240)
Despesas operacionais		9.215	1.718
Administrativas e gerais		(63)	-
		(63)	-
Lucro antes do resultado financeiro		9.152	1.718
Despesas financeiras		(10)	-
		(10)	-
Lucro antes do imposto do renda e da contribuição social		9.142	1.718
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(3.110)	(585)
		(3.110)	(585)
Lucro líquido do exercício	11	6.032	1.133
Lucro por ação básico e diluído - R\$	11	0,083	0,034
Quantidade de ações - básico e diluído - lotes de mil		72.351	33.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012			
	31/12/2013	31/12/2012	
Resultado líquido do exercício	6.032	1.133	
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia;	-	-	
Resultado abrangente do exercício	6.032	1.133	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

3.15.2 Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade das transações contraídas existentes, diferenças entre os resultados reais e as pressões adotadas ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.15.3 Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.15.4 Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro. **3.15.5 Momento de reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/forço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida até o momento da entrega do contrato, mas o momento da construção com a entrega de partida de ativo financeiro. **3.15.6 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro:** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. **3.15.7 Determinação das receitas de construção:** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **3.15.8 Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. **3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado (DVA):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS PELO CPC

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas: Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causarão nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013:** A seguinte norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 09 (R2) - Instrumentos financeiros, aprovada pela CVM mas não está em vigor para o exercício de 2013. **IFRS 9 - Instrumentos financeiros:** Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e

7. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.t	Taxa de remuneração do ativo financeiro - a	31/12/2012
Transporte Energia S.A.	4,18%	17,80%	33.958

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelos contratos de concessão celebrados com a União e o Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização. Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados e depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. As infraestruturas construídas da atividade de transmissão são, serão, recuperadas através de dois fluxos de caixa, a saber: • Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão. • Parte com indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda retido na fonte	72	117
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	55	62
Contribuição social	5	49
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	10	6
	142	234

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	31/12/2013	31/12/2012
Não circulante		
Imposto de renda diferido	2.717	430
Contribuição social diferido	978	155
	3.695	585

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

	Imposto de renda	Imposto de renda	Contribuição social
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Ativo fiscal regulatório (Sem a adoção do ICPC 01)	71.273	71.273	37.240
Ativo societário (Com a adoção do ICPC 01)	82.206	82.206	38.958
Base de cálculo para constituição			
- IR e CS diferidos	10.933	10.933	1718
- IR e CS diferidos (Passivo)	2.717	978	430
IR e CS diferidos (Resultado)	3.110	1.133	585
Taxa efetiva	34%	34%	34%

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: Nos dias 06 e 08 de maio de 2013 foram integralizados respectivamente R\$ 9.187 e R\$ 9.563 conforme documento de subscrição de ações totalizando o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 71.501. Em 26 de novembro de 2013 foi autorizado o aumento de capital de R\$ 10.204 resultando no capital de R\$ 81.705. Em 31 de dezembro de 2013 o capital social

mediante o pagamento da Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões a cada 5 anos durante o período de concessão.

Desempenho econômico-financeiros: Os recursos financeiros utilizados pela Companhia no empreendimento, até o momento, são recursos dos seus acionistas, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser remunerados pelas atividades de operação. Foram investidos R\$71,2 milhões até dezembro de 2013, sendo R\$34,5 milhões investimentos realizados em 2013.

A Diretoria

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012			
	31/12/2013	31/12/2012	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.142	1.718	
Itens que não afetam as disponibilidades			
Depreciação e amortização	33	-	
Baixa de ativo	6	-	
Receita de aplicações financeiras	(837)	-	
	8.344	1.718	
(Aumento) redução no ativo			
Ativo financeiro da concessão	(43.248)	(38.958)	
Impostos a recuperar	154	(534)	
Adiantamentos a fornecedores	11	(19)	
Outros ativos	(61)	(34)	
	(43.144)	(39.545)	
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores	(838)	1.096	
Salários, férias e encargos sociais	1	20	
Impostos e contribuições sociais a recolher	(92)	234	
Outros passivos	204	43	
	(725)	1.393	

Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais

	31/12/2013	31/12/2012

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

projetos, obras civis, montagem eletromecânica, apoio ao comissionamento, com fornecimento parcial de materiais para a realização completa e integral da construção e disponibilização para operação comercial do empreendimento. O valor total dos contratos é R\$ 464.395. **Remuneração da alta administração:** De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. De acordo com nosso estatuto social, a Assembleia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros da nossa diretoria. Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembleia Geral dos Acionistas, a serem pagos aos membros da nossa diretoria. A política de remuneração da Companhia aplicável aos membros da diretoria é dividida em uma remuneração fixa e outra variável baseada no desempenho e atingimento de metas.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. **15.2. Valor justo:** Encontra-se a seguir demonstrativo por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	31/12/2013		31/12/2012		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo financeiro						
Caixa e equivalentes de caixa	175	175	6.047	6.047	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	10.238	10.238	10.100	10.100	Valor justo	Disponíveis para venda
Ativo financeiro da concessão	82.206	82.206	38.958	38.958	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
	92.619	92.619	55.105	55.105		
Passivo financeiro						
Fornecedores	258	258	1.096	1.096	amortizado	Custo Empréstimos e recebíveis
	258	258	1.096	1.096		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. **15.3. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação. Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta

ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Mensuração do valor justo			
	31/12/2013	Nível I	Nível II	Nível III
Ativo financeiro				
Caixa e equivalentes de caixa	175	175	-	-
Investimentos de curto prazo	10.238	10.238	-	-
Ativo financeiro das concessões	82.206	-	82.206	-
	92.619	10.413	82.206	-
	Mensuração do valor justo			
31/12/2012	Nível I	Nível II	Nível III	
Caixa e equivalentes de caixa	6.047	6.047	-	-
Investimentos de curto prazo	10.100	10.100	-	-
Ativo financeiro da concessão	38.958	-	38.958	-
	55.105	16.147	38.958	-

Ativo financeiro
Caixa e equivalentes de caixa 6.047 6.047 - -
Investimentos de curto prazo 10.100 10.100 - -
Ativo financeiro da concessão 38.958 - 38.958 -
55.105 16.147 38.958 -

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I, e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. **15.4. Informações sobre liquidez:** A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. As políticas de Administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Durante o segundo trimestre de 2012, a TNE, autorizou a Alubar Metais e Cabos S/A (fornecedor de cabos de alumínio) a contratar um hedge no "London Metal Exchange", de modo a assegurar uma determinada cotação no LME Hedge para os Cabos de Alumínio Acar 950 a serem fornecidos pela própria Alubar. Com o objetivo de garantir o pronto e integral pagamento de todos os valores referentes ao hedge e que são devidos pela TNE à Alubar, ficou definido que a TNE deveria constituir em favor da Alubar uma garantia consistente em depósito em R\$, suficiente para fazer frente ao valor de exposição do hedge. Em 31 de dezembro de 2012 a exposição do hedge era de aproximadamente R\$ 1.277, e a garantia constituída pela TNE era de aproximadamente R\$ 4.040. E em 31 de dezembro de 2013, a exposição do hedge e a garantia constituída pela TNE era de aproximadamente R\$ 16.954. Com a finalidade de verificar a sensibilidade da exposição do hedge na data-base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes, com 25% e 50%, conforme abaixo:

Hedge	Risco de redução			Risco de aumento	
	Cenário Atual	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Exposição Hedge	16.954	8.477	4.239	21.193	25.431

15.5. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros: Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2013, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras	Indexador	Posição 31/12/2013	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI		10,00%	5,00%	2,50%	12,50%	15,00%	
Aplicações Financeiras (Caixa e Equivalentes de caixa)		10.238	1.024	512	256	1.280	1.536

15.6. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos: **15.6.1 Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados a moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **15.6.2 Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **15.6.3 Riscos financeiros:** Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha. **15.6.4 Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações. **15.6.5 Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio

(aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

16. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

Na data-base de 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui um processo trabalhista classificado como "provável" de perda, no montante de R\$ 130, onde há pleito de verbas rescisórias e indenizações.

17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vales-refeições e plano odontológico.

	31/12/2013	31/12/2012
Assistência médica e odontológica	(156)	(45)
Auxílio alimentação	(161)	(38)
Seguro de vida	(21)	(6)
Vale-transporte	(3)	(1)
Total	(341)	(90)

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens de sua responsabilidade sujeita a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A companhia possui um seguro performance bond que visa garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato de concessão 003/2012 decorrente do leilão 04/04/2011 - ANEEL. O prêmio total montou em R\$ 512 com vigência de 24/01/2012 a 08/05/2015, sendo a importância segurada no montante de R\$ 48.400.

20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do empreendimento, no valor de R\$ 605.745, e em 31 de dezembro de 2012 o valor era de R\$ 634.490.

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Transnorte Energia S.A. - TNE - Examinamos as demonstrações contábeis da Transnorte Energia S.A. - TNE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação

Contador: Heitor Hiroshi Murao - CRC 1SP234.682/O-7

das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnorte Energia S.A. - TNE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Demonstrações do valor adicionado (DVA)** - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, sendo considerada informação adicional para as demais entidades. Essa demonstração foi submetida

aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de janeiro de 2014



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador
CRC-1SP144343/O-3-S-DF